



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

À

Direção Regional do Ambiente e Alterações
Climáticas - Horta
Rua Cônsul Dabney Colónia Alemã - Apartado
140
9901-014 Horta

S/ referência	S/ comunicação de	Processo	N/ referência	Data
SAI- SRAAC/2024/7122		08.07/2024	SAI-DRAC/2024/1965	21 de junho de 2024

Assunto: EMPREITADA DE PROTECÇÃO DA ORLA COSTEIRA,
ORDENAMENTO DA BAÍA E CAIS DE PASSAGEIROS DO PORTO DE
SÃO ROQUE DO PICO – Avaliação de Impacte Ambiental - Pedido de
Parecer.

Em referência ao assunto mencionado em epígrafe e por despacho da Senhora Diretora Regional da Cultura datado de 21 de junho de 2024, informa-se V. Ex^a que foi emitido parecer, de acordo com a seguinte informação:

1. o Imóvel Classificado de Interesse Público pela Resolução do Conselho de Governo n.º 194/2020, de 15 de julho, "Antiga Fábrica das Armações Reunidas do Pico" (Atual Museu da Indústria Baleeira), e a respetiva área de proteção para este definida num raio de 50m não são diretamente afetados pela empreitada em questão estando, contudo integrados na área de estudo considerada para efeitos de AIA. Assim, no que concerne às competências deste departamento enquadradas no Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel, nada há a acrescentar.

2. Tendo em atenção o valor patrimonial da área de afetação, apresentada, considera-se que a proposta de minimização de impactos reúne condições para ser autorizada, mediante apresentação prévia, à consideração desta direção regional, de um plano de trabalhos arqueológicos, por uma equipa devidamente acreditada academicamente, em contexto prévio ao começo da empreitada. Considera-se que a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

proposta deve incidir na realização de um acompanhamento arqueológico, apoiado por mergulhos de prospeção da zona circundante, em modelo de categoria C, conforme ao disposto na legislação em vigor, referente ao regulamento dos trabalhos arqueológicos na Região Autónoma dos Açores.

3. Deve ser dado conhecimento do referido no ponto anterior à equipa responsável pelo descritor patrimonial, bem como à Portos dos Açores S. A.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão de Serviços do Património,
com delegação de competências

LC